

04/18

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
PARA "ESTUDO, VALORIZAÇÃO E DIVUL-
GAÇÃO DOS CASTROS DE BOTICAS."



No dia 23, do mês de Abril, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICÍPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo seu Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**,

SEGUNDO:

UNIVERSIDADE DO MINHO (UM), NIF 502011378, com sede em Largo do Paço, 4704-5
reitor@reitoria.uminho.pt, telefone n.º 253601106 e fax n.º 253612248, neste acto legalmente representada pelo seu Vice-Reitor **Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis**,

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste acto, por conhecimento pessoal e a identidade do representante do

segundo outorgante através da exibição do respetivo documento de identificação.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1ª

Objecto do Contrato

O presente contrato tem por objecto a aquisição de serviços para **“Estudo, Valorização e Divulgação dos Castros de Boticas”**, pelo preço de **Cento e vinte mil e trezentos euros (120.300,00 €)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de concurso público e adjudicada ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Boticas de 14 de Março de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, também devidamente aprovado por despacho do Presidente Câmara Municipal de 7 de Fevereiro de 2018 e nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da correspondente Memória Descritiva e Plano de Trabalhos, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

Cláusula 2ª

Fases, Forma e Prazo de Execução

A referida aquisição de serviços deverá estar concluída no prazo de **Duzentos e cinquenta (250) dias**, a contar da data de assinatura do presente contrato e com especial observância do definido nas cláusulas 4ª a 8ª, do Caderno de Encargos, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a aquisição de serviços em causa totalmente concluída dentro do citado prazo.

Cláusula 3ª

Pagamentos

1 – Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação das respectivas facturas de acordo com a cláusula 18.ª do Caderno de Encargos da aquisição de serviços objecto do presente contrato;



2 – As facturas correspondentes só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva e devem ser pagas nos seguintes termos:

- a) Pagamento de 20%, 30 dias após a data da celebração do contrato;
- b) Pagamento de 30%, 60 dias após o pagamento da fase anterior;
- c) Pagamento de 30%, 90 dias após o pagamento da fase anterior;
- d) Pagamento de 20% com a conclusão dos trabalhos.

Cláusula 4ª

Dotação Orçamental

A aquisição de serviços consta do Plano de Actividades Municipais/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a seguinte classificação: Orgânica/Económica: 0102/020214; Acção PAM 16A011, a que corresponde a Proposta de Cabimento n.º 200 o Compromisso n.º 554 e a Requisição Externa n.º 251.

Cláusula 5ª

Caução para Cumprimento das Obrigações

Garantia Bancária com o número **0823.001762.793**, emitida em 26 de Março do corrente ano pelo Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., sociedade anónima, com sede em Lisboa, no valor de **Três mil, seiscientos e nove euros (3.609,00 €)**, correspondente a 3% do valor da adjudicação e comprovativa da constituição de caução, a qual fica arquivada no maço de documentos respectivo.

Cláusula 6ª

Gestor do Contrato

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem à Dra. Cristina Maria Costa Barros Moreno, Técnica Superior da Câmara Municipal de Boticas.

Cláusula 7ª

Foro Competente

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 8ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar na execução da Aquisição de serviços as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares – Memória descritiva e Plano de trabalhos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e os outros documentos complementares e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 9ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto e demais legislação aplicável.

Cláusula 10ª

Disposições finais

1 – Os pagamentos a efectuar ao abrigo do presente contrato serão efectivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 – O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Boticas de 8 de Fevereiro de 2018.

3 – Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

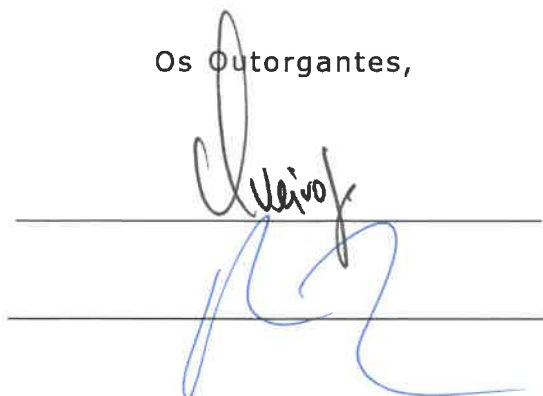
Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 14 de Março de 2018, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Braga - 1 em 29 de Março de 2018, comprovativa de a entidade representada pelo segundo outorgante ter a situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão, (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 29 de Março de 2018 e comprovativa da entidade representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada.
- 3 – Certificado de Registo Criminal do Vice-Reitor da Universidade do Minho;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,



O Oficial Público,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Humberto", written over a horizontal line.

- Contrato registrado sob o nº 04/18.